REVISTA DA ABPN

DOI 10.31418/2177-2770.2021.v13.n.36.p105-125 | ISSN 2177-2770
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

ESTUDOS MOÇAMBICANOS E A TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO: CONTRIBUIÇÕES DAS CIÊNCIAS HUMANAS PARA UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Edcarlos Ribeiro Bomfim[1]
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Centro de Artes Humanidades e Letras CAHL), Cachoeira, Bahia, Brasil

Resumo: Neste artigo pretendo levantar um debate acerca dos estudos críticos da colonização portuguesa, um campo e método de estudos das ciências humanas emergido em Moçambique após a conquista da independência. Esse diálogo será feito através da leitura da primeira edição da revista Estudos Moçambicanos, publicação que representa um importante marco no processo de amadurecimento e consolidação das ciências humanas nesse país. Para isso será feita uma contextualização do momento histórico em que a publicação foi pensada e elaborada, dando destaque para as principais características do período que ficou conhecido como "transição ao socialismo" com especial atenção à fundação da Universidade Eduardo Mondlane e a criação do seu Centro de Estudos Africanos, ao qual a revista estava ligada. Por fim serão apresentadas sínteses dos textos presentes nesta edição publicada em 1980.

Palavras-chave: Ciências Sociais; Independência; Nacionalismo; Moçambique

ESTUDOS MOÇAMBICANOS AND THE TRANSITION TO SOCIALISM: CONTRIBUTIONS OF THE HUMANITIES TO A PROCESS OF SOCIAL TRANSFORMATION

Abstract: In this article I intend to raise a debate about the critical studies of Portuguese colonization, a field and method of studies in the humanities that emerged in Mozambique after the conquest of independence. This dialogue will be done by reading the first edition of the review Estudos Moçambicanos, publication that represents an important milestone in the process of maturing and consolidating the humanities in that country. For this purpose, a contextualization of the historical moment in which the publication was thought and elaborated will be made, highlighting the main characteristics of the period that became known as "transition to socialism" with special attention to the foundation of Eduardo Mondlane University and the creation of its Center African Studies, to which the review was linked. Finally, syntheses of the texts present in this edition published in 1980 will be presented.

[1] Mestre e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo (UNIBAHIA). Atualmente está cursando a Licenciatura em Ciências Sociais pela UFRB. E-mail: edcarlosrb@gmail.com ; ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3746-8187

Keywords: social sciences - independence - nationalism - mozambique

ESTUDOS MOÇAMBICANOS Y LA TRANSICIÓN AL SOCIALISMO: CONTRIBUCIONES DE LAS HUMANIDADES A UN PROCESO DE TRANSFORMACIÓN SOCIAL

Resumen: En este artículo pretendo plantear un debate sobre los estudios críticos de la colonización portuguesa, campo y método de estudios en humanidades que surgió en Mozambique tras la conquista de la independencia. Este diálogo se realizará leyendo la primera edición de la revista Estudos Moçambicanos. Publicación que representa un hito importante en el proceso de maduración y consolidación de las humanidades en ese país. Para ello se hará una contextualización del momento histórico en el que se pensó y elaboró la publicación, haciendo énfasis en las principales características del período que se conoció como "transición al socialismo" con especial atención a la fundación de la Universidad Eduardo Mondlane y la creación de su Centro. Estudios africanos, a la que estaba vinculada la revista. Finalmente, se presentarán síntesis de los textos presentes en esta edición publicada en 1980.

Palabras-clave: ciencias sociales; independencia; nacionalismo; mozambique

ESTUDOS MOÇAMBICANOS ET LA TRANSITION AU SOCIALISME: CONTRIBUTIONS DES SCIENCES HUMAINES À UN PROCESSUS DE TRANSFORMATION SOCIALE

Résumé : Dans cet article, j'ai l'intention de soulever un débat sur les études critiques de la colonisation portugaise, un domaine et une méthode d'études en sciences humaines qui a émergé au Mozambique après la conquête de l'indépendance. Ce dialogue se fera par la lecture du premier numéro de la revue Estudos Moçambicanos. Publication qui représente une étape importante dans le processus de maturation et de consolidation des sciences humaines dans ce pays. A cet effet, une contextualisation du moment historique dans lequel la publication a été pensée et élaborée sera faite, mettant en évidence les principales caractéristiques de la période connue sous le nom de «transition vers le socialisme» avec une attention particulière à la fondation de l'Université Eduardo Mondlane et à la création de son Centre African Studies, auquel la revue était lié. Enfin, des synthèses des textes présents dans cette édition parue en 1980 seront présentées.

Mots-clés: sciences sociales - independance - nationalisme – mozambique

INTRODUÇÃO

Logo após a conquista da independência pelo povo moçambicano (1975) é iniciado um ambicioso processo de mudanças que tinha o objetivo de transformar Moçambique em um país socialista (III congresso da FRELIMO 1977). Neste plano estavam contidos interesses em construir novos modelos de economia, política e de cultura sintetizados na concepção de "novo homem". A produção científica não ficara de

fora desse impulso revolucionário, tendo a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) como o seu primeiro "laboratório". Especificamente no campo das ciências humanas, o Centro de Estudos Africanos (CEA) desta universidade concentrou as principais experiências desse processo. Fundamentados na perspectiva teórico metodológica marxista do materialismo dialético e histórico, produziu trabalhos que hoje são clássicos tanto para compreender as principais preocupações dos intelectuais e dirigentes políticos da época, quanto a tentativa de criação desse novo modelo de produção científica.

Nesse contexto, pode-se destacar algumas publicações como "Zimbabwe - A questão rodesiana" (1976), trabalho elaborado com o intuito de compreender as principais características históricas da colonização inglesa na Rodésia do Sul, a sua atualidade com o governo de minoria branca constituído através da declaração unilateral de independência e o seu papel estratégico na manutenção do poder colonial na África Austral. O segundo trabalho de destaque deste período foi o "Mineiro moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane", assim como o anterior, tinha como preocupação as relações com um país vizinho, nesse caso a África do Sul que também era dirigido por um governo de minoria branca à época, porém, mais focado no processo de exploração de força de trabalho que favorecia tanto as empresas de mineração sul-africanas quanto o governo colonial português. E terceiro a revista Estudos Moçambicanos, preocupada com aspectos da realidade moçambicana no contexto da África Austral abrangendo uma diversidade de temas um pouco maior. Alguns aspectos comuns que podem ser destacados entre todas essas publicações são: a preocupação com aspectos concretos da vida econômica, política e cultural do povo moçambicano e seus vizinhos com um sentido de fornecer subsídios científicos para o governo; a busca por um modelo de produção científica que rompesse com os padrões colonialistas seja em perspectiva de métodos ou de referenciais teóricos.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Malyn Newitt (1995) contribui para a compreensão desse período trazendo importantes detalhes. Afirma que as várias dificuldades da FRELIMO e empecilhos colocados por Portugal fizeram com que a guerra de libertação ficasse muito concentrada no norte de Moçambique. Para Newitt, isso provocou duas consequências ao menos: certo desconhecimento do povo moçambicano sobre a frente e um não conhecimento completo

desta sobre o país que governaria. Juntamente com o fato de a formação da FRELIMO contar com grandes intelectuais, levou-os a construir uma orientação do partido no sentido de investigar a realidade social do país que foi fundamental para a sua atuação. Tais investimentos possibilitaram que, após a independência, já tivessem uma noção mais ou menos definida das tarefas a serem cumpridas como, por exemplo, a expansão da organização em todos os estados, a criação da organização das mulheres e da juventude, além da expansão do setor industrial como motor do desenvolvimento nacional.

Newitt destaca que a FRELIMO nesse período foi perdendo a sua característica de ser dinamizadora, mobilizadora e fomentadora da consciência política passando a ser a centralizadora das decisões aumentando a sua estrutura e agentes burocráticos. Tinham os Grupos Dinamizadores (GD's) como principal meio para isto.

Samora Machel já era uma liderança importante desde 1966 quando assumiu a liderança militar da frente. Era um dos poucos líderes da direção que não possuía formação superior, mas foi da primeira turma que recebeu formação de guerrilha na Argélia, por isso pôde participar da primeira ação militar contra os portugueses que deu início à guerrilha. Assumiu a liderança da FRELIMO em 1970, após o assassinato do seu antecessor, Eduardo Mondlane, depois de ter vencido disputas internas. Machel também é considerado como um dos maiores responsáveis pela guinada à esquerda e assunção do carácter marxista-leninista do partido depois da realização do III Congresso Nacional em 1977.

Quanto ao aspecto social, Newitt destaca que o desaparecimento da administração e economia colonialista não alterou imediatamente as estruturas autoritárias antidemocrática dos chefes tradicionais, da exploração e submissão das mulheres e homens. Nesse contexto, outros exploradores foram tomando lugar dos antigos. Outro importante campo de preocupações eram as divisões tribais e a ausência de educação formal que fortaleciam a reprodução daquelas estruturas. A FRELIMO compreendia que realizar ações contra todos esses elementos era um meio para promover a modernização da economia em Moçambique. Todo esse investimento, porém, encontrou resistência nas tradições do povo moçambicano ou porque estavam acostumados aos modos coloniais de vida.

Newitt destaca que após a declaração da independência, a economia moçambicana mergulhou em uma grave crise. Internacionalmente, havia um fator de enorme influência para isto, uma crise que crescia desde 1973 reduzia progressivamente o preço de diversas

matérias-primas (principais mercadorias de exportação do país). Além disso, o governo sul-africano começou a dispensar um enorme número de trabalhadores das minas, resultando no aumento do desemprego em Moçambique. Internamente, o autor destaca três elementos: a fuga de profissionais qualificados (colonos, em sua maioria); os ataques do governo português que continuavam mesmo após o cessar fogo e as tentativas de derrubada do novo governo moçambicano por meio de sabotagens econômicas realizadas por empresas privadas; por fim, a desestruturação da produção agropecuária tradicional juntamente com fatores climáticos que provocaram inundações ou secas periódicas prejudicando a produção agropecuária gerou fome entre a população.

Para enfrentar a crise, o governo promoveu nacionalizações das empresas abandonadas. Dessa maneira, o estado passou a controlar grande fatia dos setores produtivos (industrial e agrário) assim como também o comércio. Outras medidas foram tomadas no sentido de combater a fome, como a importação de alimentos, por exemplo. Porém, os planejamentos não eram plenamente executados por não alcançar níveis satisfatórios de investimentos ou capacidade dos agentes estatais.

O autor também destaca as relações internacionais em que Moçambique estava inserida. Ainda no período da luta de libertação nacional, Newitt ressalta que este foi um processo que contou com a solidariedade de países que já haviam alcançado a independência e de organizações nacionalistas que também estavam em luta. Por outro lado, países dirigidos por governos de minoria, como África do Sul e Rodésia do Sul, buscavam interromper ou frear o seu avanço. Tais alianças e conflitos tiveram consequências após a Independência.

Fora do continente africano, as relações com Portugal se tornaram menos conflituosas na medida em que setores políticos de direita foram perdendo força e abrindo espaço para a centro-esquerda, representada por Mário Soares e Antônio Ramalho Eanes. A FRELIMO aproximou-se de países do leste europeu e apoiou lutas anti-imperialistas ao redor do mundo. Também empenhou forças na construção da articulação entre países não-alinhados, que não aderiam abertamente ao bloco socialista ou capitalista durante a Guerra Fria.

Newitt dá uma atenção especial ao papel da África do Sul como fator para as difíceis condições enfrentadas por Moçambique. A dependência econômica dos países vizinhos servia aos interesses da elite sul-africana e, para mantê-la, promoviam políticas de desestabilização. A queda do poder português em Angola e Moçambique geraria

mudança na relação de forças da África Austral. O apoio às organizações nacionalistas foi fundamental para a libertação da Rodésia do Sul, por exemplo, que passaria a chamar-se de Zimbabwe. Por outro lado, o governo de minoria branca na África do Sul elegeria P. W. Botha que, com apoio dos militares do país, promoveria políticas mais duras de controle para impedir o avanço do CNA e da SWAPO, organizações de contestação do regime do apartheid.

Outro elemento fundamental que caracterizara este período foi a fundação da RENAMO (Resistencia Nacional de Moçambique). Seus fundadores foram principalmente moçambicanos descontentes com a FRELIMO, recebeu apoio de portugueses que haviam fugido do país e do governo rodesiano liderado por Ian Smith. Inicialmente as suas ações se resumiam a sabotagens, como corte de comunicações, linhas de abastecimento, ataque a depósitos e ataques às comunidades rurais, por exemplo. A queda do governo de Ian Smith e a morte de Jorge Jardim, os principais apoiadores dessa organização, quase a levou à extinção. O governo sul-africano os socorreu dando-lhes o apoio necessário e, dessa forma, passaram a ter uma importante função na estratégia de desestabilização contra o governo frelimista.

A FRELIMO, diante deste conjunto de dificuldades, a crise econômica, as tragédias provocadas por fenômenos naturais e as políticas de desestabilização, foi levada cada vez mais a se aproximar do bloco capitalista e das instituições de Bretton Woods chegando a assinar um acordo com o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial em 1987. Isso abriu mais espaço para o capital privado deixando de lado as decisões tomadas no 3º congresso e reduzindo a participação estatal na economia. Sendo que, em 1989, com a realização do 5º Congresso, seria declarada que a Frelimo deixara de ser uma organização marxista-leninista.

Em 1984, a assinatura do acordo para não apoio a organizações armadas de Nkomati entre os governos de Moçambique e da África do Sul foi considerada por muitos como uma derrota para a FRELIMO. Porém, após esse acordo, Machel visitou alguns países como EUA e Inglaterra, por exemplo, onde conseguiu apoio para enfrentar a fome e a crise em seu país. Além disso, possibilitou o retorno da importação de mão-de-obra moçambicana para as minas. Por outro lado, descobriu-se que o governo sul-africano continuava a dar apoio secretamente à RENAMO. Em 1986, o avião onde viajava o presidente Samora Machel caiu em território sul-africano quando retornava de reuniões para acordar a retirada de apoio do governo do Malawi às forças da RENAMO. Newitt

afirma haver fortes indícios da participação da África do Sul, mas nunca foram descobertos os responsáveis. Machel seria sucedido por Joaquim Chissano na liderança do partido e do país.

A expulsão da Renamo do seu reduto em Malawi fez com que buscassem estabelecer instalações fixas a partir de meados da década de 1980. O resultado de suas ações foi a morte de mais de 100.000 pessoas e mais de quatro milhões tiveram que buscar refúgio nos países vizinhos. Além disso, conseguiram eliminar completamente a presença do governo em algumas regiões. Para conquistar apoio da população, os líderes da Renamo se apoiavam em descontentamentos e hostilidades que já havia contra a Frelimo. Por exemplo, a retirada do poder e privilégios dos chefes tradicionais, a oposição frelimista ao poder dos líderes religiosos (especialmente dos cristãos e islâmicos) e os incômodos causados pelo deslocamento para as machambas estatais. Para Newitt, o mais importante elemento que possibilitou o crescimento da Renamo entre os camponeses foi a queda no padrão de vida devido à crise e o estabelecimento de metas de produção que chegavam a se assemelhar à imposição das culturas obrigatórias no período colonial.

A primeira tentativa de negociação de paz partiu da Renamo em 1987, mas fora negada pela Frelimo. Porém, influências vindas da África do Sul, que passara por mudanças internas, e de financiadores internacionais apoiaram a criação de condições para as negociações de paz. No ano de 1990 a Frelimo realizaria uma reforma constitucional que aboliu o sistema unipartidário, dessa forma possibilitou o reconhecimento da Renamo como organização política, sendo que essa se comprometia a não atacar as linhas de ferro do corredor do Zimbabwe até o mar. A Renamo ainda resistiria à assinatura de um cessar-fogo definitivo, mas o acontecimento desse acordo entre o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) em Angola no ano de 1992 exerceria grande influência entre os moçambicanos, levando-os a esse acordo interno no mesmo ano, sendo que era dependente da realização das eleições multipartidárias.

FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE E DO CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS

Quanto ao contexto mais específico que determinou a fundação da UEM e o Centro de Estudos Africanos, bem como as características da intelectualidade da época,

Fernandes (2011) afirma que as políticas portuguesas para manutenção do controle sobre os territórios africanos que colonizara, passou a chamar ainda mais atenção de intelectuais, políticos e militantes progressistas na década de 1960 internacionalmente. Naquele momento a maioria dos países africanos já havia alcançado as suas independências. Em alguns desses países, como a Tanzânia, que teve um papel de apoio fundamental ao movimento nacionalista moçambicano, buscavam construir um novo modelo de sociedade distanciando-se daquele imposto pelo colonialismo. Nesse sentido constituíram centros de estudos que atraíram pesquisadores para pensar e planejar esse processo.

Toda essa transformação provocou mudanças nos estudos africanos. Eles deixaram de estar centrados na antropologia, que tinha como foco principal a tribo (de acordo com interesses dos colonizadores), e passou a focar mais no desenvolvimento do estado nação no contexto das independências e na modernização das relações econômicas.

Em Moçambique, nos primeiros dez anos após a independência, era possível destacar dois grupos de intelectuais. Aqueles que enfatizavam suas pesquisas e reflexões sobre os fatores externos que eram favoráveis à FRELIMO frente aos conflitos com a RENAMO, colocando estes como fantoches de interesses da Rodésia no primeiro momento e posteriormente da África do Sul. O outro destacava fatores internos, dando relevância às falhas da FRELIMO, expressas através de descontentamentos da população e atribuindo a essas os motivos para a guerra, que não classificavam como de desestabilização, mas como guerra civil.

Dessas características gerais sobre a conjuntura intelectual, o autor passa a uma periodização que João Mosca (1999) definiu como de "experiência socialista em Moçambique", que referencia esta reflexão. São quatro as delimitações elaboradas por Mosca. A primeira, marcada pela fundação da FRELIMO e o início da luta armada, 1962 e 1964 respectivamente, encerrando-se em 1974 com as negociações e acordo de paz que determinou a Independência moçambicana; entre 1975 e 1980 a FRELIMO se declara como partido marxista-leninista, a RENAMO é fundada e dá-se início à guerra (civil ou de desestabilização, a depender da perspectiva adotada), aqui também é quando começa a crise econômica; o terceiro foi marcado pela assinatura do acordo de "boa vizinhança e não agressão" entre Moçambique e África do Sul, vai de 1980 a 1985. Por fim, no quarto período vão sendo feitas reformas que possibilitaram a abertura para a economia de

mercado e investimento privado, culminando com a nova constituição moçambicana que previa, dentre outras coisas, o fim do partido único marcando o encerramento dessa experiência em 1990.

Tendo elencado as principais características dessas primeiras décadas após a independência, Fernandes passa a considerar as condições em que foi criado o Centro de Estudos Africanos (CEA). De início, ele destaca que logo em 1975 até 1978 houve uma debandada de professores universitários ligados ao poder colonial português, que reduziu seu número para menos de 10, sendo que o de estudantes passou de 2.433 para 740. Também nesse período, mais especificamente em 1976, a única universidade criada pelos colonizadores, a Universidade Lourenço Marques, teve o seu nome mudado para Universidade Eduardo Mondlane, com o intuito de simbolizar a ruptura com o modelo de educação anterior e a criação de uma universidade voltada para os interesses do povo moçambicano.

Inicialmente não houve muitas transformações com relação à Universidade Lourenço Marques. O curso de Ciências Sociais e Humanas, por exemplo, manteve a mesma estrutura nos primeiros anos da UEM. Porém uma mudança que foi logo implementada e percebida foi a importância que ganhou o curso de História. Este passou a realizar uma crítica à história da opressão colonial e dar destaque ao sujeito moçambicano que havia sido silenciado.

Na perspectiva epistemológica também reverberou mudanças. Nesse âmbito passaram a serem valorizadas as teorias que destacavam a importância da mudança social em contraposição das teorias da ordem social que eram consideradas as mais conservadoras no campo das ciências sociais. Nesse sentido, a gênese das teorias deveria estar ligada às práticas e lutas sociais.

O CEA da Universidade Eduardo Mondlane surgiu por inspiração e como forma de homenagem ao Centro de Estudos Africanos, fundado em 1949 por estudantes africanos em Portugal que mais tarde se tornariam líderes das lutas nacionalistas. A sua criação teve como principal objetivo dar respostas às demandas da luta contra o colonialismo/imperialismo, num mundo marcado pela dicotomia da guerra fria, e as referenciadas principalmente pelas teorias marxistas.

O autor destaca duas pesquisas feitas nesses primeiros anos do CEA que exemplificam as características apresentadas, são elas: “Zimbabwe - A questão rodesiana” e “O mineiro moçambicano”.

A primeira delas foi pensada a partir da compreensão da importância de conhecer melhor a realidade moçambicana, considerando a dinâmica política e econômica da África Austral. O contexto que marcou as relações entre o governo de minoria liderado por Ian Smith na Rodésia do Sul e a FRELIMO era de conflito. O governo rodesiano havia apoiado as forças portuguesas durante a guerra de libertação e posteriormente contribuiu para a fundação da Resistência Nacional Moçambique (RENAMO), que iniciou ataques a Moçambique para desestabilizar o novo governo. O governo frelimista, logo em 1976, rompeu relações com a Rodésia do Sul e buscava meios de apoiar o movimento nacionalista deste país, o ZANU (Zimbabwe African National Union) e para isso solicitou a realização desse estudo para compreender melhor as problemáticas e história deste país.

Esta pesquisa teve importância não apenas pelo seu conteúdo, mas também porque deu início a uma nova forma de produzir ciências sociais em Moçambique. Fernandes destaca três pontos principais: "1) uma abordagem na atualidade (sem contudo deixar de levar em consideração as suas raízes históricas), em vez de focalizar na história como tal; 2) uma mudança de uma pesquisa individual para pesquisa coletiva e 3) a introdução de um sentido de urgência na pesquisa para responder a preocupações imediatas." (FERNANDES, 2011, p. 95).

Enquanto "A Questão Rodesiana" vinha dando início a essa nova forma de produzir ciências sociais no país, "O mineiro moçambicano" ao passo que contribuiu para a sua consolidação também abria espaço para um novo campo de pesquisa. Este teve como objetivo analisar os trabalhadores que migravam para trabalhar nas minas da África do Sul, fluxo que foi uma das principais fontes de rendimentos para governo colonial e que o novo necessitava compreender.

Essa pesquisa também contribuiu para aprofundar a ruptura com as ciências sociais produzidas no período colonial, mas que ainda reverberava no CEA. Fernandes destaca as discussões em torno de produções consideradas dicotomicamente como "puras" que eram como a produção de teoria por excelência ou aplicadas, que se baseavam em coleta de dados utilizando determinados métodos e aplicando as teorias produzidas pelas pesquisas puras. O que se propunha com esse empreendimento científico era derrubar a fronteira entre essas duas, deixando aberta a possibilidade da descoberta de novas teorias a partir das pesquisas aplicadas.

A revista Estudos Moçambicanos é criada em 1980 no CEA dentro desse contexto marcado por conflitos internos e externos, incertezas e muitas possibilidades. A E.M. tinha como público alvo principal estudantes universitários e do ensino médio, professores, funcionários públicos, dirigentes e lideranças políticas, além de um público internacional (fazia parte dos planos publicar os textos em inglês, mas isso acabou acontecendo apenas com poucos números). A pretensão era publicar semestralmente, mas isso nem sempre foi possível.

O objetivo principal da revista era refletir criticamente sobre a realidade moçambicana em seus elementos internos e externos considerando a dinâmica regional da África Austral, do continente africano como um todo e extracontinental. A maior preocupação era com as questões da Moçambique contemporânea, mas sem desconsiderar o processo histórico delas com vistas à construção dessa nova realidade social independente e alternativa ao colonialismo precedente, ou seja, a transição ao socialismo. Na revista, reverberava uma preocupação que era geral no CEA, o foco na produção de pesquisas voltadas à intervenção na realidade social através, inclusive, da crítica às políticas da FRELIMO, aqui ficando ainda mais explícitas as características políticas dos autores.

Para alcançar esses objetivos o principal método utilizado foi a economia política aplicada sendo observada a formação dos aspectos que caracterizavam a formação dos elementos dessas relações através de análises históricas, considerando que são inseparáveis as dimensões culturais, sociais, econômicas e políticas dos fenômenos. Quanto aos temas mais abordados nos primeiros dez anos da revista, Fernandes destaca três: as estratégias utilizadas para a transição ao socialismo, que implicavam em investidas para compreender a economia política do colonialismo português em Moçambique e, por fim, as pesquisas voltadas para estudo das tradições orais dos povos moçambicanos.

SÍNTESES DOS TEXTOS DA EDIÇÃO NÚMERO 1 DE 1980

Editorial – Ruth First

First afirma que o primeiro número se dedicará a analisar a maneira específica em que foi imposto o subdesenvolvimento em Moçambique e as formas de exploração da

força de trabalho. Este editorial faz uma rápida apresentação da revista, os métodos, perspectivas, referenciais teóricos e objetivos.

Nele, somos informados que a revista tratará de assuntos sobre Moçambique ou aspectos relacionados ao contexto da África Austral e que rejeita a perspectiva burguesa de produção de conhecimento com separação entre o trabalho intelectual e o trabalho braçal evitando departamentalismos, carreirismos e o isolamento profissional oriundo dessa divisão. Destaca a interdisciplinaridade da produção acadêmica dentro do campo das diversas ciências sociais.

Destaca também a adoção da perspectiva materialista e dialética para as suas análises considerando a sociedade como uma totalidade com partes indissociáveis (economia, política, cultura e aspectos sociais), cuja separação seria artificial e arbitrária. Ressalta a importância de dar atenção às condições da luta de classes e o papel do Estado. A adoção do método da economia política com relevância para aspectos históricos dos fenômenos analisados.

Aqui também é proposta uma ruptura com a história colonial, que constituiu os colonizadores como sujeitos da história moçambicana e os africanos como seus objetos, dessa maneira legitimando a colonização como força civilizadora. Ressalta a importância dos registros históricos não só das lutas anticoloniais dos moçambicanos, mas da caracterização do capitalismo e colonização portuguesa. E, por fim, caracteriza essa publicação como um órgão de estudo e de intervenção, além de ser uma revista teórica, mas não acadêmica.

Economia política do colonialismo português em Moçambique - Marc Wuyts

O autor realiza uma periodização e marcos teóricos analíticos sobre o colonialismo português em Moçambique na sua fase imperialista. Para tanto, considera as características das lutas de classes antagônicas (capital x trabalho) quanto as disputas internas às frações da classe capitalista. Ressalta que não se trata de uma cronologia detalhada dessa trajetória histórica e, por isso, serão feitas considerações teóricas acerca de especificidades características de cada período.

O principal aspecto da colonização portuguesa é que ela nunca foi moldada para atender interesses exclusivamente portugueses, mas estava subordinada a interesses dos

países imperialistas mais poderosos. Isso fez com que a formação social de Moçambique fosse integrada ao subsistema da África Austral que tem como base a África do Sul.

São três os períodos delimitados pelo autor:

1885 - 1926: a dominação do capital estrangeiro não-português

Três características: no centro do país uma produção agrícola, na região mais ao sul utilização e exploração da força de trabalho nas minas da África da Sul no sul, presença majoritária de capital não-português devido a fracamente desenvolvida burguesia deste país.

1926 – 1960: a fase do nacionalismo econômico

Nesta fase houve a instalação do governo fascista encabeçado por Antônio Salazar, o qual tinha como objetivo fazer com que as colônias atendessem aos interesses portugueses como elemento fundamental para o desenvolvimento de sua burguesia. Em Moçambique isso fez com que houvesse maior integração com o subsistema da África Austral, juntamente com intensificação e institucionalização da exploração da força de trabalho e extração de mais-valia absoluta através dos trabalhos forçados que doravante caracterizariam a base do capitalismo colonial.

1960 (63/64) – 1973: crise e reestruturação do capital

O avanço das lutas nacionalistas no continente africano como um todo e internamente a Moçambique e outras colônias portuguesas provocou uma reestruturação do capital que, por sua vez, foi transferindo a exploração da força de trabalho da mais-valia absoluta para extração de mais-valia relativa (inclusive com a extinção da legalidade do trabalho forçado, que continuaria de maneira disfarçada), ou seja, o capital foi obrigado a modernizar-se voltando a aumentar o espaço para o capital não-português para dar conta dessas necessidades objetivas impostas pela luta política.

Dependência colonial e integração regional – Luiz Brito

Neste texto, o autor objetiva apresentar uma interpretação do colonialismo português em Moçambique evitando a sobrestimação do fascismo nesse processo e dando a devida importância aos aspectos da integração com a África Austral, maneira pela qual se manifesta a dependência colonial.

A dependência econômica de Portugal com relação à Inglaterra caracterizada pela transferência de renda daquele para este, resultou na incapacidade da burguesia

portuguesa em realizar uma acumulação primitiva de capital forte o suficiente para promover uma industrialização robusta. Isso resultou num desenvolvimento tardio das relações capitalistas com relação a outros países europeus.

Essas características portuguesas estabeleceram fortes marcas na maneira como administravam suas colônias assumindo um papel secundário na exploração dessas. Comportavam-se mais como uma espécie de "arrendatário" no sistema de prazos ou das companhias majestáticas. Outra maneira que o capital estrangeiro marcava presença em Moçambique foi através da imigração de trabalhadores para às minas do Transvaal que aumentou enormemente um fluxo que existia desde meados do século XIX com a assinatura do acordo entre Portugal e o Transvaal em 1897. Moçambique também tinha relações com outros países colonizados pela Inglaterra como Niassalandia e Rodésia.

Quanto ao caráter fascista do governo português Brito afirma que, em função do seu nacionalismo, buscou aumentar a participação do capital nacional e a diminuição do capital não-português, principalmente entre os anos de 1950 e 1960.

A migração para trabalhar nas minas da África do Sul era fonte de preocupações dos colonos portugueses, pois não tinham capital o suficiente para enfrentar as companhias mineiras que atraiam a força de trabalho com salários mais atrativos.

Assim, numa situação de dependência frente a outros países e de dificuldades para exploração da força de trabalho, o que rendia riquezas para o governo fascista português eram os "imperativos financeiros" obtidos através de acordos para o escoamento da produção mineira e de taxas para a arregimentação de trabalhadores para as minas. Esse arranjo se mostrava vantajoso, mesmo prejudicando parte da burguesia colonial.

O capitalismo colonial na Zambézia 1855 – 1930 - Carlos Serra

O autor nos informa que nos países onde o capitalismo se desenvolveu de maneira mais acabada as relações de trabalho apresentam-se fundamentadas sobre a compra da força de trabalho por meio do salário de trabalhadores livres. Porém, em outras regiões do mundo essa característica mostrou-se prescindível, utilizando de relações de trabalho não capitalistas como os trabalhos forçados e/ou obrigatórios. Com isso, o autor quer dizer que aquilo que ele chamou de "via colonial do capitalismo" constituiu formas sociais hibridas. Para Serra, as formações sociais no terceiro mundo apresentam uma essência similar apesar das suas formas diversas. É o desenvolvimento desigual do

capitalismo em função do desenvolvimento deste em alguns países da Europa Ocidental. Isso é o que pretende demonstrar na análise do capitalismo colonial na Zambézia no período entre 1855 a 1930.

O autor demonstra que até a última década do século XIX a presença europeia na região era predominantemente marcada pela exploração através do capital comercial. As principais mercadorias eram as oleaginosas e os africanos escravizados, sendo que a maioria dos africanos apresentava-se nessa relação como produtores camponeses e não como assalariados. Porém, a concorrência com produtores da África Ocidental e o novo modelo de administração implantado por Antônio Enes (comissário régio em Moçambique) possibilitou às companhias darem início a plantações e obrigarem os africanos a vender a sua força de trabalho. Com isso, o autor afirma que o desenvolvimento das relações de exploração do trabalho capitalista na região não é resultado de luta de classes endógenas ao país, mas de imperativos externos e que não favorecia a burguesia portuguesa, mas sim a de outras potencias capitalistas europeias.

Em 1890 foi imposto o "mussoco" que deveria ser pago, obrigatoriamente, parte em trabalho agrícola e parte em dinheiro. Isso demandou uma presença mais intensa do governo colonial e teve como uma das consequências a migração dos trabalhadores africanos para outras regiões de Moçambique ou para países vizinhos (uma espécie de resistência), porém isso acabou por criar uma oportunidade de rendimentos para o Estado através da institucionalização da exportação de mão-de-obra. Partindo da compreensão de que um modo de produção não é natural, mas sim construído com base no que uma sociedade produz e como ela produz, o autor afirma que o mussoco foi a maneira como foi sendo "produzido" o trabalhador assalariado na Zambézia, recrutando-os de modos de produção pré-capitalistas.

A Senar Sugar States e o trabalho migratório - Judith Head

Este texto tem o objetivo de analisar como o Estado e a SSE se beneficiaram do trabalho migratório através da sua baixa remuneração, dando foco ao período entre 1930-1960.

A SSE foi se desenvolvendo com dificuldades durante algum tempo (principalmente quanto a infraestrutura e disponibilidade de mão-de-obra), mas um

acordo com o governo, onde esse se comprometeu com a permanência de 3000 homens, firmado da década de 1920 alteraria essa situação.

A crise econômica de 1930 afetou as empresas coloniais e demandou intervenção estatal para assegurar a sua continuidade (a SSE foi um exemplo dessas). A extinção do sistema de prazos estabelecendo uma nova divisão administrativa das províncias que a partir de então seriam divididas em circunscrições e postos administrativos. Isso significou uma maior centralização do poder administrativo que estava distribuído entre os prazeiros nas mãos do Estado, porém as companhias ainda preservariam muito desse poder.

Nesse contexto foi implantado o Regulamento do Trabalho Indígena que tinha em seus pontos mais importantes a obrigação ao trabalho assalariado, administração de trabalhadores contratados e as punições a infração da lei. Com a obrigatoriedade do trabalho e punição com trabalho correcional imposto pelo novo regulamento, foi estabelecida uma estreita relação entre o poder administrativo, responsável pela aplicação e fiscalização, e as companhias privadas que se beneficiavam disso através dos seus recrutadores.

Carta dos direitos dos trabalhadores emigrantes da África Austral

Um documento resultante da reunião realizada em abril de 1978 em Lusaka, Zambia, que reuniu representantes dos governos de Moçambique, Lesotho, Botswana, Swazilândia, Angola, Etiópia, Quénia, Madagascar, Somália, Tanzania e Zâmbia. Esse encontro teve o objetivo de analisar as consequências da exportação de mão-de-obra na economia da região.

Nela, constataram os aspectos nefastos desse fenômeno identificando a economia sul-africana como protagonista disso e decidindo pela adoção de um programa para encerrar esse sistema exploratório. O meio para isso seria o fomento para o desenvolvimento independente dos países “fornecedores” com abertura de postos de trabalho.

A voz do mineiro - Alpheus Manghezi

Nesse texto, com um método pouco utilizado para esse campo de estudos, o autor reflete sobre as características do sul de Moçambique através de entrevistas e canções dos trabalhadores das minas da África do Sul. Percebe que, os trabalhadores compreendem a situação de exploração em que estão inseridos, atribuem isso à fatalidades do destino e veem a chegada da FRELIMO como possibilidade de transformação quanto ao colonialismo português e ao capitalismo sul-africano.

O processo de acumulação da RSA e a situação actual no Sul do Save - Miguéis Lopes Júnior

Nesse texto, o autor aponta que, no início da década de 1970 houve uma diminuição do fluxo de trabalhadores migrantes devido a alterações na economia da África do Sul. Isso provoca agravamento da crise em países fornecedores dessa mão-de-obra impactando as estratégias de transição ao socialismo em Moçambique. Essa crise, que leva ao crescimento do desemprego na África do Sul, faz com que a Câmara das Minas decida pela admissão apenas de trabalhadores migrantes que já tinham cumprido pelo menos um ano no país. Dessa maneira, é abalada a economia moçambicana que tinha quase metade da sua receita nos últimos anos do colonialismo oriunda do recrutamento de trabalhadores.

Escritos e investigação sobre Moçambique 1975 – 1980 - Colin Darch

Nesse texto, Darch tem como objetivo apresentar os caminhos que seguiu a produção de ciências sociais em Moçambique após a independência da colonização Portuguesa. Nele a ênfase é dada aos textos que partilham das preocupações da FRELIMO, as problemáticas em torno das transformações sociais necessárias para a transição socialista, buscando explicações para os fenômenos sociais a partir de termos econômicos e de classe e evidenciando as especificidades destes em face das teorias mais gerais.

REFLEXÕES FINAIS

À guisa de conclusão trago as reflexões de Fernando Ganhão, primeiro reitor da UEM, que em 1982 participou da Reunião de Peritos sobre os Problemas e Prioridades na Formação em Ciências Sociais na África Austral, organizado pela ONU e pelo CEA. Em sua fala nesse encontro, o autor explicita alguns dos objetivos almejados pela instituição além da fundamentação que sustentou as escolhas feitas para desenvolver o modelo de ciências humanas presente no CEA de maneira geral e, por isso, também na Estudos Moçambicanos.

Ganhão começa rememorando que na era da independência, as ciências sociais em Moçambique foram desenvolvidas em um contexto em que o país enfrentava as políticas de desestabilização vindas da África do Sul, país ao qual outros do subsistema da África Austral eram dependentes economicamente. Frente a isso o governo da FRELIMO adota a estratégia de defender e reconstruir a economia, forças militares e estruturas políticas em âmbito regional. Diante disso, Ganhão explicita que "Nós, moçambicanos, acreditamos que a nossa tarefa enquanto cientistas e investigadores consiste em compreender as formas que nos permitam alterar as condições sociais." (Ganhão, 1982 p. 7). O autor ressalta ainda que a necessidade dessas tarefas não prescinde dos critérios científicos para análises e estudos tomando como referência o livro "Lutar por Moçambique" escrito pelo primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane considerado significativo tanto pela produção intelectual de qualidade quanto pelo exemplo das ações políticas.

Para o reitor, teorias mais preocupadas com a ordem social eram consideradas burguesas e inadequadas, pois estavam voltadas para garantir interesses dos colonizadores, colocavam Moçambique como parte integrante do império português onde se registrava a existência de um povo socialmente inferior e incivilizado. Com isso, foi adotada a perspectiva materialista dialética histórica que segundo o autor é mais adequada para compreender a dinâmica de transformação das sociedades. Por estar baseada em análises das classes e das contradições sociais. Arremata a justificativa da escolha por essas vias citando o então presidente Samora Machel onde ele afirma em um discurso proferido em 1980 que a assunção do marxismo é resultante da própria trajetória da luta de libertação nacional e não uma escolha feita por um pequeno grupo de intelectuais.

Dito isso, Ganhão defende que:

> A força desta abordagem reside não só na defesa da unidade da teoria e da prática, mas também na conclusão de que a teorização a partir da prática não é apanágio

> dos intelectuais, mesmo que revolucionários, mas é sem dúvida a arma dos movimentos que utilizam conscientemente a teoria para a mudança social. Esta utilização da teoria, quer por movimentos, quer individualmente por teóricos sociais e intelectuais, envolve, segundo a ciência do Marxismo-Leninismo, determinados processos essenciais. Entre eles enumeramos a necessidade de uma referência e uma verificação constante da teoria; um estudo contínuo e sensível da realidade social, nas suas condições específicas, concretas, em termos de tempo e de espaço; um estudo cuidadoso das contradições; a abordagem corajosa das questões ainda não solucionadas; o estudo da interacção de forças complexas interiores e exteriores a uma determinada sociedade dos processos de formação de classes e de luta de classes, interpretados não de uma forma reducionista e economicista, mas na sua representação completa como formas políticas e de consciência (GANHÃO, 1983, p. 11).

Ganhão não deixa dúvidas quanto a perspectiva política de transformações radicais com relação a sociedade colonial/capitalista e define um papel para os cientistas sociais.

Para finalizar faço um destaque para o texto de Alpheus Manghezi que, através de entrevistas, se debruçou sobre a percepção dos trabalhadores sobre o sistema econômico de exploração em que estavam inseridos e o de Colin Darch que se preocupou em identificar e catalogar documentos oficiais com o intuito de facilitar o acesso a pesquisadores e demais interessados dando um sentido político a esse trabalho de documentação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, Luís de. Dependência colonial e integração regional. Estudos Moçambicanos, *Maputo*, Nº 1, p. 23-32, 1980.

BRITO, Luís de. A FRELIMO, o marxismo e a construção do estado nacional 1962-1983. Maputo: *IESE*. 2019.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. Moçambique: identidade, colonialismo e libertação. Tese (Doutorado em Antropologia Social) *Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2007.

CARDOSO, Carlos. Da possibilidade das ciências sociais em África. In. Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. COELHO, João P. B.; SILVA, Tereza Cruz e; SOUTO, Amélia Neves de. (Orgs.) Dakar: *CODESRIA*, p. 125-144, 2012.

COSTA, Diogo Valença de Oliveira. Ruth First e a história das ciências sociais em Moçambique: o "ouro negro" e o trabalhador migrante nas minas sul-africanas. *Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 2, p. 17-52, julho-dezembro, 2015.

DANTAS, Luís Thiago Freire; DA SILVA, Roberto Jardim. O ESTATUTO ONTOLÓGICO E EPISTEMOLÓGICO AFRICANO EM TOWA E OBENGA. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)***,** [S.l.], v. 8, n. 20, p. 39-56, out. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/7>. Acesso em: 29 mar. 2021.

DARCH, Colin. Escritos e investigações sobre Moçambique, 1975-1980: análise bibliográfica. *Estudos Moçambicanos*, Maputo, p. 111-120, 1980.

FIRST, Ruth. Editorial: subdesenvolvimento e trabalho migratório. *Estudos Moçambicanos, Maputo*, Nº 1, p. 2-8, 1980.

FERNANDES, Carlos. Dinâmicas de pesquisa em ciências sociais no Moçambique pós-independente: o caso do Centro de Estudos Africanos, 1975-1990. *Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos)* Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FERNANDES, Carlos. Actualidade, urgência e coletivo na emergência de um novo campo do saber em Moçambique: o caso do CEA (19876-1986). In. SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs). Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas teóricas e políticas. Dakar: *CODESRIA*, p. 109-124, 2012.

GANHÃO, Fernando. Problemas e prioridades na formação em Ciências Sociais. Estudos Moçambicanos, *Maputo*, Nº 4, p. 7-18. 1983.

GINO, Mariana. PARADIGMAS AFROCÊNTRICOS: INTELECTUAIS E A ESCRITA DA HISTÓRIA DA ÁFRICA NEGRA. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)***,** [S.l.], v. 10, n. 25, p. 248-270, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/615>. Acesso em: 28 mar. 2021.

HEAD, Judith. A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório. Estudos Moçambicanos, *Maputo*, Nº 1, p. 53-72, 1980.

JÚNIOR, Miguéis Lopes. O processo de acumulação da RSA e a situação actual no Sul do Save. Estudos Moçambicanos, *Maputo*, Nº 1, p. 91-110, 1980.

MANGHEZI, Alpheus. A voz do mineiro: entrevistas e canções. Estudos Moçambicanos, *Maputo*, Nº 1, 77-90, 1980.

MONDLANE, Eduardo. Lutar por Moçambique. Coleção Nosso Chão, *Maputo*, 1995.

SERRA, Carlos. O capitalismo colonial na Zambézia, 1855-1930. Estudos Moçambicanos, *Maputo*, Nº 1, p. 33-52, 1980.

SILVA, Tereza Cruz e. O lugar das Ciências Sociais como motor de mudança: o caso de Moçambique. Marrocos*: XIIIº Assembléia Geral da CODESRIA*. 2011.

SILVA, Tereza Cruz e. Aquino de Bragança e as reflexões e respostas sobre a produção do conhecimento e as ciências sociais em Áfricas: Moçambique, lições aprendidas, lições esquecidas? In. SILVA, Tereza Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de (Orgs). Como fazer ciências sociais e humanas em África: Questões epistemológicas, metodológicas teóricas e políticas. Dakar. *CODESRIA*, p. 75-84, 2012.

WUYTS, Marc. Economia política do colonialismo português em Moçambique. Estudos Moçambicanos, *Maputo*, Nº 1, p. 9-22, 1980.

Recebido 01/03/2021

Aprovado em 30/04/2021